

# Dívida externa: o recomeço das negociações hoje em Brasília.

Começa hoje, a nível técnico, a fase três da negociação com os credores.

**A** fase três de renegociação da dívida externa, a nível técnico, começa praticamente hoje (a nível político, as negociações deverão ser retomadas oficialmente no dia cinco). Desde cedo, estará trabalhando no Banco Central uma delegação do Fundo Monetário Internacional, com a presença da chefe-adjunta da Divisão do Atlântico, Ana Maria Jul (foto). Também chegam hoje ao País o vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, Roberto Corfino, e uma comissão dos banqueiros credores, chefiados por Douglas Smee, do Banco de Montreal.

Corfino visitará um projeto de distribuição de terra no vale do rio Parnaíba, no Piauí, financiado pelo Bird, sendo esperado pela manhã em Teresina. Já Douglas Smee ficará em Brasília, acompanhando os serviços de auditoria do FMI. Com base nesse trabalho, que envolve a avaliação de problemas como o déficit público e a inflação, é que o Fundo deverá traçar as metas para o funcionamento da economia do País no próximo ano. Sem obediência a estas metas, o Fundo e os banqueiros não admitem renegociar a dívida externa.

Desde 1982, as renegociações, sempre lentas e penosas, vêm sendo em bases anuais. Ou seja, têm sido acordos de curto prazo que obrigaram as mais importantes autoridades a meses de sucessivas peregrinações pelos principais centros financeiros, onde mantinham longas reuniões com os credores. Mesmo assim, o último empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões só foi fechado após muitas pressões sobre os pequenos bancos.

Por isto, a previsão era de que as negociações no final agora de 1984 teriam caráter plurianual, isto é, envolveriam as condições de amortização do principal e de pagamento dos juros nos próximos três a cinco anos. No entanto, de acordo com as informações disponíveis, a idéia foi abandonada, em razão da resistência dos banqueiros, que também não querem emprestar dinheiro novo em 1985.

## Mudança de governo

E a justificativa central para esta resistência parece ser a mudança de governo, com uma possível redefinição dos rumos da economia a partir de 15 de março de 1985,



quando termina a gestão do general João Figueiredo.

No atual governo, os responsáveis pela renegociação — os ministros do Planejamento, Delfim Neto, da Fazenda, Ernane Galvães, e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore — têm mostrado grande flexibilidade frente às exigências dos credores. Ao que tudo indica, já colocaram de lado a idéia de reescalonamento plurianual, e o ministro Galvães, depois de afirmar que o governo tinha a intenção de pedir "algo em torno de US\$ 3 bilhões" em dinheiro novo, mudou de conversa, assegurando que o País não precisará deste dinheiro em 1985.

Já o presidente do Banco Central afirma que só o estudo dos principais indicadores do balanço de pagamentos para este final do ano é que permitirão definir se será necessário pedir dinheiro novo ou não. Outros economistas advertem para o risco de o país ter de queimar reservas ou de ver comprometida a fraca recuperação dos negócios observada no momento.

Seja como for, até agora os credores aceitaram apenas renegociar os projetos 2 e 3 (créditos comerciais e interbancários). Eles também querem que os governos filiados ao Clube de Paris tornem mais flexíveis as negociações das dívidas com vencimento marcado para 85. Os créditos comerciais (para a compra de equipamentos estrangeiros) seriam aumentados em US\$ 3 ou 4 bilhões, como compensação à recusa de emprestar dinheiro novo.

Economistas como Mário Henrique Simonsen, um dos diretores do Citicorp, também acham que o País não precisará de recursos novos, podendo eventualmente queimar suas reservas (US\$ 3 bilhões, no conceito do FMI) em caso de necessidade.

Já algumas autoridades sustentam que, ainda que não entre nenhum fresh money, não existe o risco de queima de reservas, pois a situação de caixa do País continua bastante folgada, diante do bom comportamento das exportações.

Estas fontes salientam que, no conceito tradicional de balanço de pagamentos, as reservas deverão chegar a US\$ 12 bilhões, e no critério de reservas "prontas", a US\$ 7 bilhões.

## A dívida

O Banco Central não leva a sério as versões desencontradas ou suspeitas, até alimentadas pelo presidente Figueiredo, quanto ao endividamento externo efetivo do País. Com a edição trimestral do programa atualizado de ajuste da economia, elaborado em conjunto com os economistas dos bancos credores, o Banco Central tem aberto as informações sobre a dívida externa. Ao final do primeiro semestre — dado oficial mais recente — a dívida atingiu US\$ 95,8 bilhões e, ao final do ano, deve fechar em US\$ 98,85 bilhões.

Segundo os técnicos do Banco Central, a projeção de que a dívida não chegará a US\$ 100 bilhões, este ano, como previsto em março último, leva em conta a revisão da estimativa de superávit comercial para US\$ 11 bilhões, já considerada bastante conservadora, após o acúmulo de saldo anualizado de US\$ 11,27 bilhões em setembro. A entrada e a saída de recursos também estão amarradas aos parâmetros da renegociação da dívida, o que reduz a margem de erro na projeção do endividamento até o final do ano.

Ao final do primeiro semestre, o Brasil acumulou dívida registrada, de médio e longo prazos, de US\$ 87,83 bilhões, com variação líquida semestral de US\$ 6,51 bilhões. A dívida não registrada, de curto prazo, em compensação, teve corte de US\$ 2,3 bilhões, com a queda de US\$ 10,3 bilhões para US\$ 8 bilhões.

Para dezembro, a dívida de médio e longo prazos deve subir, conforme a projeção conjunta do Banco Central e bancos credores, para US\$ 91,67 bilhões, com variação líquida de US\$ 3,84 bilhões no segundo semestre, em razão do baixo ingresso de recursos novos. Os compromissos de curto prazo continuariam a cair e fecharão o ano em US\$ 7,18 bilhões.